REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº **DE 2025**

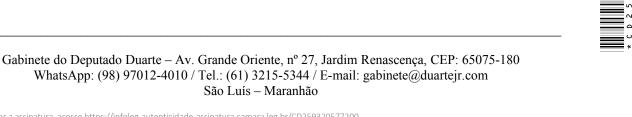
(Do Deputado Duarte Jr.)

Requer a realização de audiência pública para analisar, em conjunto com os membros da Comissão de Defesa do Consumidor, a recorrente recusa dos planos de saúde em atender pessoas com deficiência, pois é necessário coibir essa prática. garantindo cumprimento 0 direitos dessas pessoas e assegurando um atendimento adequado e inclusivo por parte das operadoras de saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a deliberação desta ínclita comissão, nos termos do artigo 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para a realização de reunião de audiência pública, em data oportuna, para debater a recusa dos planos de saúde para pessoas com deficiência. Tal audiência se faz necessária para discutir a situação enfrentada por pessoas no acesso aos serviços de saúde e para analisar possíveis propostas legislativas que garantam maior proteção e direitos a esse público vulnerável. Aproveito esta oportunidade para convidar de forma PRESENCIAL e solicitar que sejam remetidos convites para as autoridades abaixo:

- I) HILTON MELO PROCURADOR MPF/MA;
- II) KAREN BEATRIZ BARROSS Presidente PROCON/ MA;
- III) GUSTAVO RIBEIRO Presidente da Associação Brasileira dos Planos de Saúde;
- IV) PAULO REBELLO Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- V) RAQUEL REIS CORRÊA Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar(FenaSaúde)
- VI) WALLACE ALVES DE OLIVEIRA- Representante Jurídico do Plano de Saúde "HUMANAS SAÚDE"
- VII) ANDRÉ MENESCAL Representante Jurídico do Plano de Saúde "HAPVIDA"





JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública proporciona uma oportunidade ímpar para que as propostas legislativas sejam submetidas a um escrutínio público e democrático, permitindo uma ampla discussão sobre seus méritos, alcance e possíveis repercussões. Ao envolver não apenas os membros do Congresso Nacional, mas também representantes da Comissão de Defesa do Consumidor.

Além disso, a audiência pública possibilita o estabelecimento de um canal direto de comunicação e interação entre os poderes legislativo e executivo, favorecendo a troca de informações, o alinhamento de agendas e a identificação de pontos de convergência entre as propostas em tramitação no Congresso Nacional e as diretrizes defendidas pela Comissão de Defesa do Consumidor. Dessa forma, busca-se promover um processo de harmonização e sinergia entre as iniciativas em curso, visando aperfeiçoar os recursos e esforços destinados à melhoria da gestão pública.

Diante do exposto, fica evidente a relevância e a pertinência da realização de uma audiência pública para analisar as propostas legislativas, buscando um possível alinhamento com as iniciativas em tramitação no Congresso Nacional. Tal iniciativa não apenas fortalece a integração e cooperação entre os poderes públicos, mas também reafirma o compromisso com a promoção de uma gestão pública eficiente, transparente e voltada para o interesse coletivo.

Assim, senhor presidente e demais pares, pelo que regem os princípios da administração pública, rogo pela aprovação deste requerimento para realização da audiência pública.

Sala da Comissão, 26 de março de 2025.



